

## MERCADO CENTRAL: COTIDIANO E CONFLITOS NO 'ENTRE PRAÇAS' DE MERCADO DO RIO DE JANEIRO

VITOR LEANDRO DE SOUZA\*

**Resumo:** Neste trabalho procuro compreender e analisar as “denúncias” veiculadas nos principais periódicos de grande circulação no Rio de Janeiro, como tentativas em fundamentar a ideia de que era urgente a construção de um novo edifício de Mercado para a cidade, capaz substituir o velho Mercado da Candelária. Pretendo, ainda, recuperar o discurso que os profissionais da imprensa carioca tinham a respeito do Mercado que funcionou na Candelária.

**Palavras-chave:** Mercados, Modernização, Rio de Janeiro.

**Abstract:** Through this work I intend to understand and analyse the "denouncements" shown in the higher circulation newspapers in Rio de Janeiro city, that attempts to establish the idea that the construction of a new marketplace building was urgent, in order to replace the old market in Candelária. I also try to recover the speeches written by intellectuals in the city's press related to the market in Candelária.

**Keywords:** Market, Modernization, Rio de Janeiro

---

*Artigo recebido em 25 de Março de 2014 e aprovado para publicação em 10 de Agosto de 2014.  
Trabalho apresentado na mesa Disputas institucionais no Brasil republicano.*

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista do CNPq. E-mail: vitorleandro@id.uff.br

## Entre dois mercados... Uma breve introdução:

Na manhã de 23 de junho de 1903,<sup>1</sup> um movimento atípico tomou conta do Largo do Moura. Ali mesmo, às margens da praia Don Manoel, o grupo, composto por políticos e homens da sociedade, disputava um bom lugar ao lado do prefeito Pereira Passos, no pavilhão erguido especialmente para o evento [figura 1]. A cerimônia, revestida de toda solenidade, foi organizada para dar oficialmente o *start* às obras de edificação do novo mercado para a cidade. O evento revelou o grande interesse do prefeito no impulso das obras, conforme reconheceu o diretor da Companhia Mercado Municipal, doutor Alencar Lima, em seu discurso de encerramento do evento. Todavia, Passos não verá a conclusão das obras como administrador da capital federal,<sup>2</sup> pois deixará a prefeitura antes que a dita Companhia concluísse a construção do novo edifício.



Figura 1 - Lançamento da pedra fundamental das obras da nova praça de mercado do Rio de Janeiro. *Gazeta de Notícias*, 24 de Junho de 1903, p.2.

Para entendermos os acontecimentos que antecederam esse evento, é preciso voltar até os anos 1880, quando as reclamações direcionadas ao Mercado da Candelária dominaram as páginas dos periódicos da cidade. A ênfase dada pelos principais periódicos que circulavam pela capital diária elencava uma série de problemas relacionados à falta de

<sup>1</sup> As informações sobre a cerimônia do lançamento da pedra fundamental do edifício foram retiradas dos jornais que circularam no dia posterior ao evento, 24/06/1903, *Jornal do Brasil*, p.1; *Gazeta de Notícias*, p.2.

<sup>2</sup> O engenheiro Francisco Pereira Passos ocupou o cargo de prefeito do Distrito Federal, entre os anos de 1902-1906. As obras do edifício serão concluídas somente em 14 de dezembro de 1907, durante a gestão do seu sucessor o médico Francisco Marcelino de Sousa Aguiar.

conservação, risco à saúde pública e prejuízo aos cofres do município. Neste trabalho, procuro compreender tais “denúncias” como tentativas da imprensa em fundamentar ideia de que se fazia urgente a construção de um novo edifício de Mercado, em substituição ao velho Mercado da Candelária. Pretendo ainda, recuperar a percepção que os profissionais intelectuais da imprensa tinham a respeito do Mercado.

O século XIX foi marcado por grandes transformações para o Rio de Janeiro, especialmente em sua segunda metade, quando significativas mudanças da ordem social, política e econômica agitaram a sede administrativa brasileira. A cidade desfrutava de uma posição importante no cenário nacional, como por exemplo, o principal porto comercial do país e naturalmente um efervescente polo de atração de nacionais e imigrantes, em busca de melhores condições de vida e dos postos de trabalho.

O *boom* de crescimento populacional ocorria, sobretudo, nas regiões centrais da cidade, conforme indicam os censos de 1870 e 1890, demonstrando, por exemplo, que somente no distrito de São José o crescimento foi de 97,9%<sup>3</sup>, essa tendência foi verificada nas demais regiões urbanizadas. Evidentemente acomodar e alimentar tantas pessoas colocava em cheque a capacidade administrativa dos políticos que compunham a Câmara da cidade.<sup>4</sup> A “cidade-problema”, nos termos de Maria Yedda Linhares (1979: 159-174), via-se diante das dificuldades de acomodação e alimentação da sua população em crescimento vertiginoso.

Outra tarefa complexa era disponibilizar alimentos para que os moradores da cidade pudessem ter em sua mesa os mais básicos gêneros alimentícios. O preço dos víveres elevava ainda mais o custo de vida, tornando inviável viver no Rio de Janeiro com dignidade, sobretudo para as parcelas mais pobres da população.

Pelo menos desde o período colonial, conforme observa Geórgia da Costa Tavares, era “responsabilidade da Câmara garantir que não faltasse alimento para a população e que fosse distribuído [e] comercializado de forma justa”. Assim, demonstrar sua habilidade em alimentar sua população é o que caracterizava um bom governo. Ainda segundo a autora, entre as atribuições da Câmara estava a fiscalização do comércio relacionado ao sistema de abastecimento (TAVARES, 2012: 42).

O rápido crescimento da população exigia do sistema de abastecimento respostas rápidas à demanda crescente por alimentos. Nos anos 1880, os principais veículos

---

<sup>3</sup> O distrito de São José que abrigará o novo Mercado passou de 20.220 habitantes para 40.014. Este número atingirá 44.878 residentes no censo de 1906 (LOBO; CARVALHO; STANLEY, 1989).

<sup>4</sup> A população da cidade que era de 274.972 habitantes em 1872, passaria para 522.651 em 1890 e 811.433 no censo de 1906. Ver em Marcos Luiz Bretas (1997: 17-22), onde o autor constrói um interessante panorama da cidade do Rio de Janeiro dos fins do século XIX e das primeiras décadas do século XX.

impressos de informação que circulavam pela cidade intensificam as críticas sobre condições do Mercado da Candelária. Eram relatados problemas relacionados às condições de higiene e ausência de aparatos tecnológicos modernos no edifício, criando a ideia de que a Praça de Mercado tornava-se obsoleta e um entrave ao dinamismo exigido a uma cidade cada vez maior e importante.

### **Higiene em questão: As condições do Mercado da Candelária**

A Praça de Mercado, estabelecida no distrito da Candelária desde 1841, foi até a primeira década do século XX o principal instrumento para abastecimento da cidade. Sua construção foi um significativo avanço da municipalidade na tentativa de reorganizar o comércio destes gêneros, buscando reprimir a ação de atravessadores e a qualidade dos produtos vendidos. O edifício construído estrategicamente à beira mar – para facilitar o transporte dos produtos vindos do interior do Rio de Janeiro via Baía de Guanabara – era composto por dois pavimentos, retangular e com um chafariz no centro da Praça. No edifício eram oferecidos cereais, legumes, farinhas, cebolas e tantos outros produtos como hortaliças, legumes, aves e ovos.<sup>5</sup>

Retratado pela *Gazeta da Tarde* como um lugar medonho, a Praça do Mercado da Candelária é descrita com ironia e crítica ácida. Os quarenta anos de funcionamento do edifício evidenciam o descaso de um bem público entregue em arrendamento à administração privada, porém cabendo ainda à Câmara a sua atribuição como fiscalizadora.

O editor da *Gazeta da Tarde* ressalta que a simples invocação do nome Praça de Mercado é suficiente para que o cheiro, nada agradável, das fezes de aves e pequenos animais ali vendidos, dos alimentos em decomposição e das vísceras de peixes, por exemplo, cause vertigens, nojo, medo. Aquele “esplendido foco da insalubridade” é visto pelo nosso redator como uma “rebelião cotidiana”, um movimento caótico que cedo despertava, já repleto de podridão.

Praça do Mercado... (Tapemos o nariz antes de continuar...).

A praça do Mercado!

Só este nome causa medo, Fede. Ainda que seja escrito com uma pena meiga de pombo tenro, a *ylang.ylang*.

Às cinco horas da manhã, quando começa o dia, começam ali as podridões e sua enorme rebelião cotidiana. [...]

É medonho!

---

<sup>5</sup> No primeiro capítulo de sua tese de doutorado, Juliana Barreto Farias (2012) faz um panorama detalhado do Mercado da Candelária, assim como os sujeitos que comercializavam e frequentavam o edifício.

A praça do Mercado do Rio de Janeiro é um dos mais esplendidos focos da insalubridade pública, que possuímos.  
A nação que não se desfaça de semelhante preciosidade.<sup>6</sup>

O exotismo daquele lugar causava estranhamento, repulsa e pavor. Ao usar palavras como “esplendido” ao lado de “foco de insalubridade” o autor alertava para os perigos à população diante das condições que prejudicavam a qualidade dos produtos e o próprio “frequentar” da Praça.

Em outras reclamações e contendas, descritas na imprensa, envolviam diretamente os órgãos responsáveis pela saúde pública. Evidenciava a inoperância da administração municipal diante da questão.

Em sessão de ontem, a câmara municipal, sempre solícita em atender às reclamações que se lhe afiguram justas, resolveu pedir auxílio à junta de higiene para fiscalizar o estado dos gêneros que são vendidos na praça do mercado da Candelária.  
Só temos a louvar a câmara pelo zelo que revela a bem de seus tutelados. Cumpre, entretanto, que não se limite à medida que acabamos de mencionar, as providencias que a saúde pública reclama.  
É certo que não temos nem polícia civil, nem polícia militar, nem polícia sanitária. Qualquer destes serviços é entre nós, feito de um modo imperfeitíssimo, apesar da sua importância.<sup>7</sup>

As dificuldades de controle, e a omissão de agentes diante da fiscalização dos produtos comercializados dão o tom da nota publicada na edição da *Gazeta de Notícias*. Tais reclamações e denúncias continuam a evidenciar a não atuação dos fiscais, designados exclusivamente para a aplicação do Regulamento de funcionamento da Praça do Mercado da Candelária. O texto, publicado em 1884, aborda as impressões da Comissão vacínico-sanitária da Glória, após uma visita ao Mercado da Candelária. A reportagem narra que os fiscais encontraram uma “enorme quantidade de lixo” “deixado pelos quitandeiros e mercadores de todo gênero”. Afinal qual seriam as dificuldades? Conivência, inoperância, falta de pessoal para fiscalizar?

O relatório da Comissão recomendou “ao fiscal o cumprimento da postura que proíbe essa prática abusiva, e deliberou a comissão propor a junta de higiene e ao governo medidas relativas a mesma praça e da higiene”.<sup>8</sup> A questão era grave, pois mesmo diante do Regulamento da Praça de Mercado da Candelária, claramente expresso no Artigo 36 (GORBERG; FRIDMAN, 2003: 16), em que o fiscal deveria ficar “responsável pela rigorosa observância”, e fazer com que o Regulamento fosse cumprido, a comissão sanitária se

<sup>6</sup> *Gazeta da Tarde*, 16 de Agosto de 1881, p.1.

<sup>7</sup> *Gazeta de Notícias*, 25 de Novembro de 1881, p.1.

<sup>8</sup> *Gazeta de Notícias*, 15 de Janeiro de 1884, p.2.

deparava com a omissão. Afinal, havia um fiscal especialmente designado para a atuação no interior do edifício.

Poucos dias após, o Ministério da Agricultura “chamou a atenção da Câmara sobre a falta de condições higiênicas que se observam na praça do Mercado da Candelária e outrossim recomendando que tome providencias afim de se removerem as causas de infecção aglomeradas na referida praça”,<sup>9</sup> porém, parecem ter surtido pouco efeito. Novas recomendações foram enviadas para que a municipalidade pudesse estar “mais atenta às péssimas condições higiênicas em que, segundo informa a Comissão vacínico-sanitária da Glória, se acha a Praça de Mercado da Candelária”.<sup>10</sup> A preocupação com a limpeza havia incorporado o discurso político no último quartel do século XIX— afinal a cidade sofria cada vez mais com as epidemias —, sobretudo nos anos 1880 pelo fato de que os médicos conseguiram prestígio e legitimação, a Câmara municipal passa então a incorporar definitivamente a presença médica nas ações de saúde pública (CHALHOUB, 1996).

Os médicos passam a acompanhar os fiscais nas ações de higiene. A Câmara dos vereadores recomenda que os fiscais dos distritos o “quanto antes [atuem na correção em todas as casas de negócio] usando todo o rigor contra todas aquelas que tiverem gêneros alimentícios deteriorados (...) exigindo maior limpeza possível”.<sup>11</sup> E realmente tratava-se de uma questão da maior urgência, sobretudo, diante das epidemias de febre amarela e cólera que atormentavam os moradores e a quem mais se aventurava a passar pelo porto do Rio. O intenso trabalho realizado pelos médicos e fiscais da Comissão de higiene, encontrou em Oswaldo Cruz o apoio e afinco necessários para elevar a Campanha de Vacinação ao *status* de uma operação de guerra. Um bom exemplo é a revolta que tomou conta das ruas da cidade, a partir da campanha de vacinação obrigatória, lançada em 1903. As ações foram respostas claras da população, em oposição a medidas arbitrárias, que buscavam transformar o Rio em uma capital burguesa (SEVCENKO, 1984) e atropelavam tradições e direitos sociais.

A palavra *limpeza* conduziria os anos seguintes, construía-se o perfil representativo dos homens e mulheres, que deveriam atender a pontos específicos. “Um corpo limpo, *são*, livre de qualquer doença” (MAIA, 2012: 248). Mais adiante veremos como a construção da nova praça de Mercado estava em conformidade com esses ideais republicanos, que tomariam força na primeira década do século XX.

<sup>9</sup> A *Folha Nova*, 30 de Maio de 1884, p.2.

<sup>10</sup> *Diário do Brazil*, 25 de Julho de 1884, p.2. Texto com semelhante teor foi publicado em *O Diário Fluminense*, 20 de Setembro de 1884, p.1.

<sup>11</sup> AGCRJ, Gêneros Alimentícios, cód. 59-1-46, 12 de novembro de 1886. [*Grifo meu*].

Voltando ao ano de 1888, desta vez é a *Gazeta da Tarde*<sup>12</sup> quem acusa Câmara de omissão frente às “condições anti-higiênicas” que se mantiveram no Mercado da Candelária, mesmo após ter sido resolvida “definitivamente a questão [do novo contrato de arrendamento] da Praça do Mercado [,] é oportuno providenciar-se relativamente a certas medidas higiênicas, algumas das quais já foram reclamadas pelo digno inspetor da Junta de Higiene Pública” e da Comissão vacínico-sanitária da Glória.

A crítica do jornal à Câmara Municipal possuía fundamento, pois, de que serviria um novo contrato, no qual “teve em vista, principalmente, favorecer a certa e determinada pessoa como arrendatária”? Quando na realidade a Câmara descuidava-se de algo fundamental: a saúde pública. Pois bem, “com certeza, a atual Praça do Mercado, nas condições anti-higiênicas em que está, é laboratório ativíssimo de miasmas”. Em tempos de luta contra epidemias e diante do flagelo da morte cada dia mais próximo tal preocupação era totalmente relevante e pertinente. Ainda mais se pensarmos a Praça de Mercado da Candelária como lugar de circulação intensa de pessoas e, obviamente, lugar para abrigo de alimentos, necessitando, portanto, todo empenho para a manutenção da higiene.

Ainda sobre as péssimas condições do asseio no Mercado, a reportagem prossegue afirmando que “a precisa limpeza naquele estabelecimento, onde hoje, em certas horas do dia, é impossível lá entrar-se, já pelo nauseabundo cheiro que exala ali de todos os cantos, já pelo estado de imundice em que se acham todas as passagens e ruas”. Pelo tom adotado nas reportagens, podemos imaginar qual precária situação do Mercado da Candelária na virada do século XIX para o XX.

Ao concluir sua denúncia, o redator acusa aos membros da Câmara municipal de “só toma[rem] ao sério certos negócios em que estão interessados alguns vereadores”, e dá como exemplo uma conhecida questão envolvendo os *chalets* que compunham o Mercado da Candelária, “em que um vereador se mostra tão interessado, dizendo: “meu irmão é dono de um *chalet*; não posso em caso algum abandonar seus interesses”. Clara situação em que ética e zelo pelo bem público passam ao largo da função esperada da Câmara.

No mínimo, tal situação ilustra bem as desconfianças que cercaram os editais de arrendamento do Mercado da Candelária, criticado largamente na imprensa e carregado de suspeitas. Afinal, conforme foi noticiado<sup>13</sup> “de longa data há clamores contra o estado de pouco asseio e nenhuma higiene da nossa principal, para não dizer única praça do mercado, o

---

<sup>12</sup> *Gazeta da Tarde*, 24 de Janeiro de 1888, p 1. [*idem para citações a seguir*].

<sup>13</sup> *Diário de Notícias*, 01 de Abril de 1893, p. 1.

mercado da Candelária, à praia do Peixe” e que, tal Praça, tendo sido entregue “há muitos anos ao sr. Pedro. Leandro Lamberti, para pagamento de uma dívida municipal”. A expectativa dos munícipes era que “esse mercado se conservaria ao abrigo do justo zelo da administração municipal, sendo como é um objeto dado em pagamento”. Porém, a realidade é bem diferente desta. Conforme recuperei aqui, as inúmeras denúncias envolvendo as péssimas condições higiênicas no Mercado da Candelária sinalizam que nada mudou mesmo após o “novo” arrendatário assumir a administração do edifício. E a Câmara, que tinha um papel fundamental nessa relação entre a concessionária e o público, não cumpria sua função de fiscalizadora de um instrumento de profundo interesse público.

Voltando aos dias que procederam ao lançamento da pedra fundamental a *Gazeta de Notícias*<sup>14</sup> noticiou o evento com certa particularidade:

Dizem os jornais que, assistindo ao assentamento da primeira pedra desse edifício, o Sr. Prefeito municipal declarou, no seu discurso, que tinha grande prazer em inaugurar ao mais belo mercado da América do Sul, junto ao porto mais belo do mundo...

Não exageremos tanto... **O nosso novo mercado não precisa disso para que seja bom, basta-lhe que faça esquecer a ignóbil imundice do mercado velho**, e que procure competir em limpeza com o mercado “*de Abasto*” de Buenos Aires: – ou mesmo com o mercado da cidade de São Paulo, que, há muito tempo, nos está dando lições de higiene e de bom gosto... – X.

A situação no Mercado da Candelária era tão precária, que ao novo Mercado bastava cumprir seu papel mínimo e atender aos critérios de limpeza e higiene. A estratégia da reportagem é comparar os padrões de asseio (e também estéticos), esperados para o novo edifício, aos moldes dos já aplicados no Mercado Central de Abasto<sup>15</sup>, na capital portenha, ou ainda o edifício da capital paulista (MANZONI, 2004).

### **O Rio moderniza-se!**

Era um tempo de transformações profundas. “O Rio moderniza-se, se faz elegante, airoso. Por todos os ângulos da cidade rasgam-se avenidas, retificam-se e nelas vem brotando (...)” (CORREIO DA MANHÃ, 25/03/1906). A cidade transformava-se, o projeto modernizador imposto à cidade desapropriava os terrenos que estavam no eixo estabelecido pelo traçado planejado pelos gestores. No espaço aberto no centro da cidade diante de “aterradoras consequências para o ser humano” surgiram fachadas impressionantes à

<sup>14</sup> *Gazeta de Notícias*, 25 de junho de 1903, p. 2. [Grifo meu]

<sup>15</sup> O *Mercado del Abasto* foi inaugurado em 1 de Abril de 1893. Obras de ampliação e modernização foram realizadas em 1907, mesmo ano que foi inaugurado o Novo Mercado do Rio de Janeiro. Mais informações, conferir: <<http://www.revistaelabasto.com.ar/mercadodeabasto.htm>> . Acesso em 22/09/13.

*francesa*. O embelezamento era prioridade, em uma clara transformação da cidade em cartão-postal. Porém, apesar das lutas “contra essas modernizações de cima para baixo, contando só com seus próprios meios de modernização de baixo para cima” (BERMAN, 1986: 12) os populares sofriam com o acirramento da escassez no número de habitações populares nas regiões centrais (onde também estavam concentradas as oportunidades de trabalho), e a omissão do poder público diante de problemas que aterrorizavam os mais pobres.

Oswaldo Porto Rocha (1995) ao investigar as obras de remodelação da cidade intitulou o período como a “era das demolições”, e certamente essa expressão foi muito feliz ao conseguir definir com bastante propriedade as desapropriações arbitrárias e muitas vezes injustas promovidas durante a gestão de Francisco Pereira Passos.



Figura 1 – A imponente Avenida Central e os edifícios da reforma promovida por Passos. Rio, João do. *Livro do Theatro Municipal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Photo Musso, 1913, p.11.

O “bota abaixo” desordenado promovido pelo prefeito visava “expulsar os pobres do centro do Rio para os subúrbios, ou para as construções precárias nas encostas dos morros, dando origem às primeiras favelas” (BRETAS, 1997: 20). A reforma promovida com apoio do Governo Federal modificou profundamente os distritos centrais da cidade, favorecendo principalmente à elite da Capital. Com as obras da Avenida Beira Mar e a expansão das linhas de bonde, os bairros atlânticos ao sul seriam definitivamente integrados ao mapa do distrito federal. Surgia então um novo estilo de vida, novos hábitos e relações. Em pouco tempo, os bairros de Copacabana, Leme, Ipanema e Leblon, seriam símbolo poder econômico, de inserção no universo moderno e requintado.

O Rio de Janeiro crescia, reorganizando seu espaço urbano e assumindo – a seu modo – o modelo parisiense. Surgiam palácios com fachadas oponentes, a Avenida Central, principal símbolo da intervenção promovida por Passos, com seu imponente Theatro [figura 2] inspirado no *Palais Garnier* orgulhava os frequentadores. Finalmente a Capital Federal possuía uma casa de espetáculos que poderia ser comparada às das nações mais desenvolvidas e possuidores de espaços urbanizados do mundo ocidental.

A Revista *O Malho*<sup>16</sup> ilustra suas páginas com as transformações que a urbe era submetida sob o ímpeto modernizador do prefeito Passos:

Esse nosso Dr. Pereira Passos  
Já não chega sique p'ras encomendas,  
Nem para receber tantos abraços!  
Tem posto na cidade mil emendas, [...]  
**Vai dar-nos um mercado novo em folha...**  
O' ferro! Ó ferríssimo! Um abraço!  
Nunca vi *tanto aço*.  
*Juvenil.*

Exaltando em versos o trabalho realizado pelo “talentoso” Pereira Passos, nenhuma menção faz aos transtornos dessas ações aos moradores da cidade que tiveram suas vidas perturbadas. Entretanto, os versos ressaltam que o prefeito “vai dar-nos um mercado novo em folha...”. Sim, dentro do projeto de modernização da Capital Federal o novo edifício para Mercado [figura 3] era uma peça importante na transformação da região central.

Ao livrar a Praça de Mercado das feições coloniais (além de rentável para os envolvidos na construção e administração das bancas), era uma grande transformação que atingiria uma parcela importante da população: os mais pobres. Assim, na perspectiva definida por Pierre Bourdieu (1989) como “poder simbólico”. Compreendo o impacto do Novo Mercado e das novas exigências diante do seu novo regulamento como uma espécie de poder invisível a ser exercido sobre aqueles que circulavam dentro e no seu entorno.

Enfim, cinco anos após o lançamento da pedra fundamental o edifício onde funcionaria a Nova Praça de Mercado da cidade do Rio de Janeiro seria entregue. Inaugurado em 14 de dezembro de 1907, o novo *Mercado Central* mudara-se do distrito da Candelária, para o vizinho distrito de São José, mas o atraso na conclusão das obras de infraestrutura como a regularização dos sistemas de “abastecimento de água, esgoto, das águas pluviais e luz”<sup>17</sup> elétrica adiou a abertura ao público para 1º de fevereiro de 1908.

<sup>16</sup> Revista *O Malho*, 27 de Junho de 1903, p. 8.

<sup>17</sup> *Jornal O SÉCULO*, 20 de Março de 1908, *Relatório para a Assembleia Geral Companhia Mercado Municipal do Rio de Janeiro*, p.3.



Figura 3 – Panorama do Novo Mercado Municipal do Rio de Janeiro (1907).  
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - Augusto Malta.

A euforia da edição do *Almanaque Garnier*<sup>18</sup> diante da inauguração mostra-nos a expectativa e interesse pela construção “superior a 22.000 metros quadrados”, projetada pelo engenheiro Azevedo Marques e composta de “quatro portões monumentais pesando cada um 35.000 kilos”, e quatro torreões “com andar superior envidraçado” além do dominante torreão central onde “estão instaladas as câmaras frigoríferas em número de quatro” “é, sem contestação, um grande melhoramento entre os muitos de que, nos tempos recentes, tem sido dotada a Capital da República”.

De fato era um grande melhoramento, afinal construção como aquela somente no Velho Mundo. Onde a utilização de ferro fundido como principal material usado por arquitetos e engenheiros há muito já estava disseminando, sobretudo na construção de mercados e outros edifícios públicos. O mercado central de Paris [figura 4] havia sofrido, em fins do século XIX, uma radical reforma onde recebera cobertura e uma vasta utilização de ferro e concreto. Ao redor do mundo, o desejo de possuir mercados construídos em ferro era

<sup>18</sup> Almanaque Garnier. *Almanaque Brasileiro Garnier*. 1909. p.366-368. [Citações seguem no parágrafo].

sinônimo de que a cidade assumia ares de modernidade<sup>19</sup> e o Rio, como a capital da república brasileira, não poderia estar em descompasso em relação às nações mais avançadas.



Figura 4 – Les Halles em Paris, foto de Henry Lemoine (1848-1924). Disponível em: [http://www.histoire-image.org/site/etude\\_comp/etude\\_comp\\_detail.php?i=749&id\\_sel=1328](http://www.histoire-image.org/site/etude_comp/etude_comp_detail.php?i=749&id_sel=1328). Acesso em 20 de setembro de 2013.

## O Velho Mercado...

Nesse contexto de transformações regadas a muitas incertezas, que João do Rio (2009, pp. 153-158) publica a crônica intitulada *O Velho Mercado*<sup>20</sup>, o tom melancólico diante da *flanêurie* possibilitou uma interessante apreensão e representação do “abafado e sombrio dia de ontem” onde “um correr de carregadores, carroças e carrinhos de mão pelos squares rentes ao [cais] Pharoux levando as mercadorias da velha Praça abandonada para a nova instalação catita do Largo do Moura, e, ao passo que aí uma vida ainda desnorreada estridulava e enchia de ruído o silêncio do sinistro largo”. E talvez esse silêncio que enchia os ouvidos de João do Rio de angustias e temor.

Afinal, “A mudança! Nada mais inquietante do que a mudança – porque leva a gente amarrada essa esperança, essa tortura vaga que é a saudade”. O temor do cronista

<sup>19</sup> Vale conferir Geraldo Gomes da Silva (1987). Além do Mercado Municipal do Rio de Janeiro (1908) outros mercados brasileiros foram construídos utilizando o ferro como principal matéria-prima, como por exemplo, o Mercado São José de Recife (1875), o Mercado de Manaus (1883), o Mercado de Fortaleza (1897), O Mercado de Carne de Belém – integrando reformas do Ver o Peso (1908).

<sup>20</sup> Citações seguem nos parágrafos posteriores.

justifica-se, afinal os moradores da cidade tinham seus hábitos e relações ignorados pelo desejo de lucro dos empresários e da falta de diálogo da administração pública. Atento à realidade e sensível aos acontecimentos, João do Rio reconhecia a grandiosidade dos trabalhos de remodelação da Capital da República. Todavia, "aquela mudança era a maior do que todas, era uma operação da cirurgia urbana, era para modificar inteiramente o Rio de outrora, a mobilização do próprio estômago da cidade para outro local".

E para o nosso cronista, o Rio perdia o que havia de mais "original" o que dava identidade à cidade, a modernização e o projeto civilizatório republicano, que visava sanear os espaços públicos e fazer com o que Rio, assim como "todas as cidades modernas [que] têm avenidas largas, *squares*, mercados e palácios de ferro, vidro e cerâmica" também atingisse a esse ideal.

Em oposição a essa modernização, que tomava conta da Capital Federal – explica João do Rio – estavam "as cidades que não são civilizadas, exóticas". E estas não eram os modelos que inspiravam aos administradores da cidade, pelo contrário, era Paris e sua grande reforma urbana promovida por Georges Haussmann a maior inspiração. Porém, João do Rio valoriza, nesta crônica, que estas cidades classificadas como 'atrasadas' são "mais agradáveis. Não há avenidas, há outras coisas". Há, por exemplo, uma atmosfera particular que encantava aos visitantes do Rio, que buscavam aqui "uma cidade diferente das outras e tão curiosa no seu feitio, como é Toledo na sua maneira, como é o Porto, como o são algumas cidades da Itália".

A ideia do cronista é construída a partir da afirmação de que o Rio era uma cidade diferente, justamente por que "ainda não entrou o progresso, que estende logo um cais, destrói 20 ruas e solta sobre as ruínas um automóvel". Nesse sentido, a oposição clara do autor ao projeto instituído pelo Estado Republicano para a Capital, é ao mesmo tempo um lamento pela "indiferença" com que o Rio abandonou suas tradições, dentre elas a sua Praça de Mercado, com uma rapidez assustadora, como se, "da noite para o dia, [O Rio] compreendeu que era preciso ser tal qual Buenos Aires, que é o esforço despedaçante de ser Paris, e ruíram casas e estalaram igrejas, e desapareceram ruas e até ao mar se pôs barreiras".

O Rio perdia a sua identidade particular, para assumir trotas feições europeias. Ao tentar construir "sobre descombro" "a urbs conforme a civilização", ao novo cidadão

republicano a tendência de se *reeuropeizar*<sup>21</sup>, surgia da cabeça aos pés o reflexo cinematográfico do homem das outras cidades. Foi como nas mágicas, quando há mutação para a apoteose.

### Referências Bibliográficas:

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido se desmancha no ar: A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro (1907-1930)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Record, 1990.

GORBERG, S. FRIDMAN, S. *Mercados no Rio de Janeiro 1834-1962*. Rio de Janeiro: S. Gorberg, 2003.

FARIAS, Juliana Barreto. *Mercados Minas: Africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*. Tese de doutorado em História, USP, 2012.

LINHARES, Maria Yedda. *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer.; CARVALHO, Lia de Aquino.; STANLEY, Myriam. *Questão habitacional e o movimento operário*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1989.

MANZONI, Francis Marcio Alves. *Os trabalhadores 'caipiras' em mercados e feiras-livres: São Paulo (1867-1914)*. Dissertação de mestrado em História, UNIFESP Assis, 2004.

MARTINS, Valter. *Mercados urbanos, transformações na cidade: abastecimento e cotidiano em Campinas (1859-1908)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

RIO, João do. O velho mercado. In: *Cinematógrafo: crônicas cariocas*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. *Livro do Theatro Municipal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Photo Musso, 1913.

<sup>21</sup> Expressão refere-se a uma requalificação do aspecto europeu para o Brasil, onde se deixava de lado a influência portuguesa, pela busca dos ideais de civilização franceses e britânicos no século XIX. (FREYRE, 1990).

ROCHA, Osvaldo Porto. *A era das demolições: Cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de editoração, 1995.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina - mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, Geraldo Gomes da. *Arquitetura de ferro no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOUZA, Vitor Leandro; MACIEL, Laura Antunes. Ordem na Praça: Normas e exercício de administração em Mercados do Rio de Janeiro. In: *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, janeiro/abril, 2012, pp. 55-80.

TAVARES, Georgia da Costa. *A atuação dos Marchantes no Rio de Janeiro colonial. Estratégias de mercado e redes de sociabilidade no comércio de abastecimento de carne verde (1763-1808)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura / Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, 2012.